



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
nº 1/OP1-2007/ECOFAC IV/FED

Relatório Final

Identificação duma estratégia de sensibilização das populações ribeirinhas com vista a conservação do Parque Obô de São Tomé e uma gestão participativa da zona tampão do referido parque.

Programa Regional de conservação e valorização dos ECOssistemas Florestais da Africa Central (ECOFAC, fase 4)



15 de Abril de 2008

Index

1.Introdução.....	4
Objectivos	4
Resultados Esperados.....	4
2.Actividades Realizadas.....	5
Metodologia.....	5
Consulta dos Representantes do Estado, das Câmaras e da Polícia (Grupo A) e dos Representantes da Sociedade Civil e das ONGs (Grupo B).....	6
Consulta dos Membros das Comunidades da Zona Tampão (Grupo C).....	6
3.Resultado do Diagnóstico.....	7
Percepção sobre as Areas Protegidas.....	7
Percepção dos Representantes do Estado, das Câmaras e da Polícia (Grupo A).....	7
Percepção dos Representantes da Sociedade Civil e das ONGs (Grupo B).....	7
Percepção dos Membros das Comunidades (Grupo C).....	8
Percepção do Uso dos Recursos Naturais.....	9
Percepção dos Representantes do Estado, das Câmaras e da Polícia (Grupo A).....	9
Percepção dos Representantes da Sociedade Civil e das ONGs (Grupo B).....	10
Percepção dos Membros das Comunidades (Grupo C).....	11
4.Estratégia de sensibilização dos grupos alvos.....	12
5.Análise dos problemas e soluções locais relacionadas com o Uso dos Recursos Naturais a nível local.....	14
6.Conclusão.....	16
7.Anexos.....	17
Anexo 1 : Lista das pessoas contactadas nos grupos A e B.....	17
Anexo 2 : Modelo da ficha de entrevista utilizada na consulta dos grupos A e B.....	19
Anexo 3 : Mapa e Lista da comunidades consultadas no grupo C.....	21
Anexo 4 : Lista das líderes comunitários nas comunidades consultadas no grupo C.....	23
Anexo 5 : Relatórios das Reuniões de Restituição no grupo C.....	24
Anexo 6 : Detalhe da percepção do Uso das Recursos Naturais pelos Representantes do Estado, das Câmaras e da Polícia (Grupo A).....	29
Anexo 7 : Detalhe da percepção do Uso das Recursos Naturais pelos Representantes da Sociedade Civil e das ONGs (Grupo B).....	31
Annexe 8 : Quadro Lógico da Estratégia de Sensibilização.....	33

1. Introdução

A intervenção do Programa Regional de Conservação e Valorização dos ECOSistemas Florestais da Africa Central (ECOFAC) arrancou em 1992 em 6 países da Africa Central, um dos quais é a República Democrática de São Tomé e Príncipe. Ao longo da intervenção do ECOFAC (1992-2005), foram identificadas as zonas ecológicas de duas Areas Protegidas, e em 2006 foram criados do Parques Naturais Obô de S. Tomé e do Príncipe. Também foram realizadas actividades de valorização das áreas protegidas, apoio ao desenvolvimento local, protecção das espécies ameaçadas, publicações e pesquisas científicas.

A Convenção de Financiamento da Fase IV do Programa ECOFAC indica a necessidade para toda a rede de Áreas Protegidas de acrescentar a contribuição das Areas Protegidas para o desenvolvimento local assim como facilitar uma apropriação da gestão das Areas Protegidas para as populações. Um dos objectivos gerais de ECOFAC IV é de **favorecer uma melhor consideração para os responsáveis, as populações locais e os parceiros do desenvolvimento económico e social da biodiversidade dos ecossistemas da Região assim como a importância que tem uma valorização durável dos recursos naturais na luta contra a pobreza.**

Neste contexto, torna-se necessário a implementação, em paralelo às actividades de desenvolvimento local, de um *Programa de Sensibilização* abrangente dirigido aos grupos sociais beneficiários das Áreas Protegidas. Portanto, a elaboração deste Programa requer um estudo preliminar da percepção pelos grupos alvos da importância das Área Protegidas, da biodiversidade e da sua valorização.

Em conformidade com o Contrato de Prestação de Serviço nº1/OP1-2007/ECOFAC IV/FED assinado com o Programa ECOFAC 4 no dia 7 de janeiro de 2008 de **Identificação duma estratégia de sensibilização das populações ribeirinhas com vista a conservação do Parque Obô de São Tomé e uma gestão participativa da zona tampão do referido parque**, a Associação Monte Pico apresenta o **Relatório Preliminar** do projeto em curso.

Objectivos

Objectivo geral : Contribuir na protecção e conservação do Parque Natural Obô de São Tomé e na gestão durável dos recursos naturais das zonas tampão do referido parque.

Objectivo Específico : Conhecer com mais detalhes, por grupos alvos e por temáticas, a percepção da população acerca da Áreas Protegida e do uso dos recursos naturais, de forma a poder elaborar uma Estratégia de Sensibilização nos próximos três anos no País.

Resultados Esperados

Uma estratégia de sensibilização sobre o meio ambiente assim como um plano de acção para a sua implementação disponíveis ao Projecto ECOFAC IV.

2. Actividades Realizadas

Metodologia

O projeto prevê a consulta de diferentes *grupos alvos*:

GRUPO A : Autoridades locais nos Distritos da Zona Tampão : São representantes do Estado, das administrações distritais (Câmara), deputados e da polícia nas comunidades da zona contemplada. Os agentes identificados neste grupo desempenham um papel de administração territorial, de fiscalização das leis e manutenção da ordem interna.

GRUPO B : Actores da sociedade que interagem com o Ambiente/Educação/Informação : São membros da Sociedade Civil, e das ONGs cujos objectivos estatutários apresentam uma vertente ambientalista, educativa e/ou informativa. Os agentes neste grupo contribuem na mudança de comportamentos da população na matéria da conservação, protecção e preservação dos recursos naturais.

GRUPO C : Indivíduos membros das comunidades da zona de intervenção: São pequenos agricultores e outros moradores da Zona Tampão, tal como mulheres, jovens e idosos que participam na vida das comunidades contempladas. Os agentes neste grupo são os maiores utentes e beneficiários directos e indirectos do uso dos recursos naturais nas Zonas de Protecção e Tampão.

Estes grupos alvos foram consultados sobre as seguintes *temáticas* :

1. Percepção dos grupos alvos sobre a utilidade das Áreas Protegidas e de ter um zoneamento do território em Zona de Protecção e Zona Tampão.
2. Percepção dos grupos alvos sobre a utilização dos recursos naturais (fauna e flora) : práticas exploratórias actuais, problemas relacionados a essas práticas caso haja e as suas causas, soluções e propostas.

Segue abaixo uma cronologia do projeto :

Data de assinatura do contrato de prestação de serviço : 7 de Janeiro de 2008

As actividades no terreno foram realizadas durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março :

- Preparação das equipas da AMP
- Marcação das reuniões nas comunidades
- Realização das reuniões nas comunitárias
- Entrevistas dos representantes do Estado, das Câmaras, da Polícia, da Sociedade Civil e das ONGs.

Data de entrega do Relatório Intermediário de Actividades : 07 de Março de 2008

Data de entrega do Relatório Preliminar : 31 de Março de 2008

Data de entrega do Relatório Final : 15 de Abril de 2008

Consulta dos Representantes do Estado, das Câmaras e da Polícia (Grupo A) e dos Representantes da Sociedade Civil e das ONGs (Grupo B).

Os representantes dos grupos A e B foram consultados por meio de **entrevistas semi-dirigidas** pelos agentes da AMP.

No **grupo A**, foram entrevistados 20 pessoas (2 mulheres, 18 homens), sendo 7 representantes do Estado, 6 representantes das Camaras Distritais e 7 representantes da Policia.

No **grupo B**, foram entrevistados 30 pessoas (7 mulheres, 23 homens), sendo 5 representantes dos actores da Comunicação/Informação, 15 do sector da Educação, 4 actores da protecção do Ambiente e 6 representantes do sector de Turismo.

Outros actores previstos a serem entrevistados não foram contactados por razões de ordem organizativo do aparelho do estado. Como exemplo, os representantes do Exército não estavam disponíveis para responder sem prévia autorização da hierarquia superior militar.

Uma lista de contacto das pessoas entrevistadas encontra-se no **ANEXO 1**.

De modo geral, os agentes da Associação Monte Pico foram bem recebidos pelos entrevistados, embora houvesse alguma preocupação acerca da institucionalidade do referido inquérito.

Consulta dos Membros das Comunidades da Zona Tampão (Grupo C)

O **grupo C** foi consultado por meio de reuniões nas comunidades, com abordagem participativa, usando a técnica chamada « chuva de ideais ». A consulta focalizou-se nas comunidades da Zona Tampão e outras localidades proximas do parque natrual Obô. No total, foram consultadas **33 comunidades** mobilizando um total de **423 participantes**, sendo 102 mulheres (24%) e 321 homens (76%).

- **Mê Zochi** (14 comunidades), para um total de 188 pessoas (44 mulheres, 144 homens).
- **Lobata** (6 comunidades), para um total de 76 pessoas (18 mulheres, 58 homens).
- **Caué** (6 comunidades), para um total de 70 pessoas (8 mulheres, 62 homens).
- **Lemba** (5 comunidades), para um total de 59 pessoas (22 mulheres, 37 homens).
- **Cantagalo** (2 comunidades), para um total de 30 pessoas (10 mulheres, 20 homens).

Uma lista das comunidades consultadas, com mapa de localização encontra-se no **ANEXO 3**, e uma ficha de contacto para cada uma das comunidades visitadas encontra-se no **ANEXO 4**.

Uma vez sintetizados, os dados colhetados nas comunidades do Grupo C foram restituídos por meio de três Encontros de Restituição, nas quais foram convidados 2 representantes de cada comunidade consultada. O transporte dos participantes até o centro de Bom Sucesso, bem como a sua alimentação foi organizada pelos agentes da AMP. Estes encontros deram oportunidade aos líderes comunitários de debater sobre as temáticas abordadas neste projeto, e de tomar conhecimento dos resultados da consulta neste grupo alvo, de forma a poder comunicar los nas suas respectivas comunidades. Os relatórios das Reuniões de Restituição encontram-se no **ANEXO 5**.

De modo geral, os agentes foram bem recebidos nas comunidades desde os encontros de preparação até as próprias reuniões. A participação foi satisfatória e o número de participantes em algumas comunidades ultrapassou as expectativas. Houve uma grande preocupação dos participantes em relação à continuidade deste trabalho. Em efeito, as comunidades já participaram em diversos diagnósticos nos últimos anos, mas até a presente data não perceberam nenhuma melhoria das suas condições de vida. Sempre advirtiram aos animadores que não esquecessem de outavez voltar de forma a dar continuidade no processo de trocas de idéias acerca do meio ambiente.

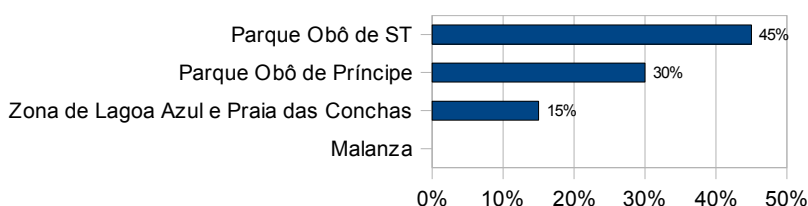
3. Resultado do Diagnóstico

Percepção sobre as Areas Protegidas

Percepção dos Representantes do Estado, das Câmaras e da Polícia (Grupo A)

Constata-se que **15** entrevistados (75%) dos representantes deste grupo alvo dizem saber o que é uma Area Protegida. Entre eles, nota-se que somente **1** entrevistado (5%) sabe realmente o que é uma Area Protegida, ou seja conseguiu citar os nomes dos Parques Naturais Obô de S. Tomé e do Príncipe, e as suas respectivas legislações.

No entanto, notamos que **9** entrevistados deste grupo alvo (45%) mencionaram alguns nomes de Areas Protegidas do país, mesmo sem conhecer a legislação. A zona de mangal do rio Malanza não foi citada no grupo A.



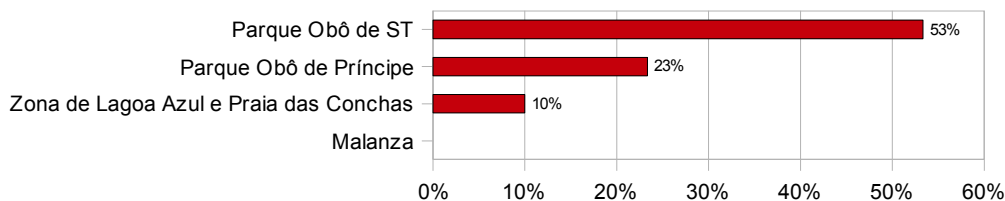
Total entrevistados = 20

Destaca-se também que **6** entrevistados (30%) mencionaram diversas zonas que não têm nenhum estatuto legal de Area Protegida em São Tomé e Príncipe, como por exemplo o Jardim Botânico de Bom Sucesso, Morro Peixe, Area Verde do quartel, Jardim Botânico de Agostinho Neto, zona de São Francisco e São Manuel, Bombaim, Obô Izaquente, Praia Jalé, Chamiço, Castelo e Mulundo.

Percepção dos Representantes da Sociedade Civil e das ONGs (Grupo B)

Constata-se que **27** entrevistados (90%) dizem saber o que é uma Area Protegida. Entre eles, somente **2** entrevistados (7%) sabem realmente o que é uma Area Protegida, ou seja conseguiu citar os nomes dos Parques Naturais Obô de S. Tomé e do Príncipe, e as suas respectivas legislações. .

No entanto, notamos que **16** entrevistados deste grupo alvo (53%) mencionaram alguns nomes de Areas Protegidas do país, mesmo sem conhecer a legislação. A zona de mangal do rio Malanza também não foi citada no grupo B.



Total entrevistados = 30

Destaca-se também que **10** entrevistados (33%) mencionaram diversas zonas que não têm nenhum estatuto legal de Area Protegida em São Tomé e Príncipe, como por exemplo o Jardim Botânico de Bom Sucesso, Morro Peixe, Area Verde do quartel, Jardim Botânico de Agostinho Neto, zona de São Francisco e São Manuel, Bombaim, Obô Izaquente, Praia Jalé, Chamiço, Castelo e Mulundo.

Percepção dos Membros das Comunidades (Grupo C)

Nas **33** reuniões com metodologia de abordagem participativa, foram encontradas um total de **423 participantes**, sendo 102 mulheres (24%) e 321 homens (76%). O consultor analisou a percepção das Areas Protegidas por meio das seguintes perguntas :

1. O que é uma Area Protegida?

2. É importante? Porquê?

Concernente à primeira pergunta, os participantes deram uma variedade de respostas evocando as seguintes noções do que poderia ser uma Area Protegida :

O que é uma Area protegida?	Nº de comunidades	% do TOTAL
Noção de area interdita,proibida	25	76%
Noção de area com gestão dos recursos naturais	18	55%
Noção de utilidade pública das AP	18	55%
Outras respostas	6	18%

Em relação à segunda pergunta, sobre a importância das Areas Protegidas, constata-se em primeiro lugar que a quase totalidade (**97%**) das comunidades acham que é importante, como se segue :

É importante uma Area Protegida? Porquê?	Nº de comunidades	% do TOTAL
Sim é importante	32	97%
<i>Porque protege um recurso natural</i>	28	85%
<i>Porque favorece um bom clima</i>	20	61%
<i>Por razões de estética da AP (beleza, turismo)</i>	10	30%
<i>Porque tem efeitos positivos sobre a saude humana</i>	4	12%
<i>Porque participa no crescimento da economia</i>	4	12%
Não, não é importante	1	3%

Nota : A comunidade de Bombaim não achou importante as Areas Protegidas, pois interpretam isto como uma interdição à circulação de pessoas. Estiveram presentes nesta reunião uma maioria de vinhateiros que exploram palmeiras de forma ilegal dentro do Parque Natural Obô.

Percepção do Uso dos Recursos Naturais

Percepção dos Representantes do Estado, das Câmaras e da Polícia (Grupo A)

Foram entrevistados 20 pessoas (2 mulheres, 18 homens), sendo 7 representantes do Estado, 6 representantes das Camaras Distritais e 7 representantes da Polícia.

Em relação ao Uso dos Recursos Animais

Perguntou-se quais são as actividades que usam recursos animais no país, e se têm impactos sobre o ambiente. No grupo A, constata-se que **6** entrevistados (30%) mencionaram pelo menos uma actividade não extractiva dos recursos animais, e **18** entrevistados (90%) pelo menos uma actividade extractiva de recursos animais, sendo a caça a resposta mais citada (17 respostas, ou seja 85%).

O detalhe das actividades que usam de recursos animais citadas pelos representantes deste grupo alvo pode ser consultado no **ANEXO 6**.

Segundo **14** entrevistados neste grupo (70%), estas actividades têm impactos negativos sobre o ambiente, sendo o desaparecimento das espécies a resposta mais citada (7 respostas, ou seja 35%).

O detalhe dos impactos destas actividades sobre o ambiente citados pelos representantes deste grupo alvo pode ser consultado no **ANEXO 6**.

Em relação ao Uso dos Recursos Vegetais.

Perguntou-se quais são as actividades que usam recursos vegetais no país, e se têm impactos sobre o ambiente. No grupo A, constata-se que **4** entrevistados (20%) mencionaram pelo menos uma actividade não extractiva dos recursos vegetais, e **20** entrevistados (100%) mencionaram pelo menos uma actividade extractiva de recursos vegetais, sendo o corte de árvores para construção a resposta mais citada (12 respostas, ou seja 60%).

O detalhe das actividades que usam de recursos animais citadas pelos representatnes deste grupo alvo pode ser consultado no **ANEXO 6**.

Segundo **15** entrevistados neste grupo (75%), estas actividades têm impactos negativos sobre o ambiente, sendo o desaparecimento das espécies a resposta mais citada (3 respostas, ou seja 15%).

O detalhe dos impactos destas actividades sobre o ambiente citados pelos representantes deste grupo alvo pode ser consultado no **ANEXO 6**.

Em relação à Informação sobre a Protecção do Ambiente.

Perguntou-se se acham suficiente a informação sobre a protecção do ambiente, e se acham relevante a educação ambiental no currículo escolar. Constata-se que a informação sobre a protecção do ambiente é considerada insuficiente por **19** entrevistados do grupo A (95%), e que **19** entrevistados (95%) acham relevante a educação ambiental no currículo escolar.

Perguntou-se depois se conhecem a legislação ambiental. Sobre 20 entrevistados no grupo A somente **6** (30%) conhecem alguma legislação.

Ver no **ANEXO 6** as legislações mais citadas por este grupo alvo.

Percepção dos Representantes da Sociedade Civil e das ONGs (Grupo B)

Foram entrevistados 30 pessoas (7 mulheres, 23 homens), sendo 5 representantes dos actores da Comunicação/Informação, 15 do sector da Educação, 4 actores da protecção do Ambiente e 6 representantes do sector de Turismo.

Em relação ao Uso dos Recursos Animais

Perguntou-se quais são as actividades que usam recursos animais no país, e se têm impactos sobre o ambiente. No grupo B, constata-se que **6** entrevistados (20%) mencionaram pelo menos uma actividade não extractiva dos recursos animais, e **27** entrevistados (90%) mencionaram pelo menos uma actividade extractiva de recursos animais, sendo a caça a resposta mais citada (22 respostas, ou seja 73%).

O detalhe das actividades que usam de recursos animais citadas pelos representatnes deste grupo alvo pode ser consultado no **ANEXO 7**.

Segundo **28** entrevistados neste grupo (93%), estas actividades têm impactos negativos sobre o ambiente, sendo o desaparecimento das espécies a resposta mais citada (7 respostas, ou seja 35%).

O detalhe dos impactos destas actividades sobre o ambiente citados pelos representantes deste grupo alvo pode ser consultado no **ANEXO 7**.

Em relação ao Uso dos Recursos Vegetais.

Perguntou-se quais são as actividades que usam recursos vegetais no país, e se têm impactos sobre o ambiente.No grupo B, constata-se que **7** entrevistados (23%) mencionaram pelo menos uma actividade não extractiva dos recursos vegetais, e **29** entrevistados (97%) mencionaram pelo menos uma actividade extractiva de recursos vegetais, sendo o corte de árvores para construção a resposta mais citada (19 respostas, ou seja 63%).

O detalhe das actividades que usam de recursos animais citadas pelos representatnes deste grupo alvo pode ser consultado no **ANEXO 7**.

Segundo **27** entrevistados neste grupo (90%), estas actividades têm impactos negativos sobre o ambiente, sendo o desaparecimento das espécies a resposta mais citada (14 respostas, ou seja 47%).

O detalhe dos impactos destas actividades sobre o ambiente citados pelos representantes deste grupo alvo pode ser consultado no **ANEXO 7**.

Em relação à Informação sobre a protecção do ambiente

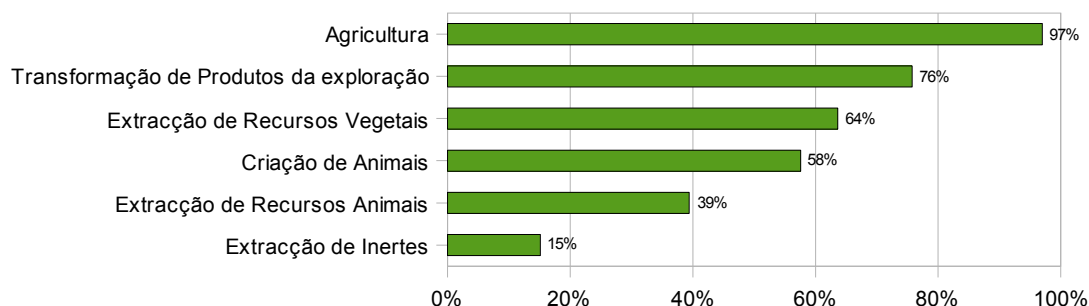
Perguntou-se se acham suficiente a informação sobre a protecção do ambiente, e se acham relevante a educação ambiental no currículo escolar. Constata-se que a informação sobre a protecção do ambiente é considerada insuficiente por **28** entrevistados do grupo B (93%), e que **30** entrevistados (100%) acham relevante a educação ambiental no currículo escolar.

Perguntou-se depois se conhecem a legislação ambiental. Sobre 30 entrevistados do grupo B somente **7** (23%) conhecem alguma legislação.

Ver no **ANEXO 7** as legislações mais citadas por este grupo alvo.

Percepção dos Membros das Comunidades (Grupo C)

Neste grupo alvo, perguntou-se quais são as actividades de exploração dos recursos naturais na comunidade. Nas respostas, mencionou-se as seguintes categorias de actividades :



Total de Comunidades = 33

Das categorias mencionadas no grupo C, distingue-se as seguintes actividades de exploração :

Actividades de exploração dos Recursos Naturais	Nº de comunidades	% do TOTAL das comunidades
Agricultura	32	97%
<i>Cafè</i>	15	45%
<i>Banana</i>	13	39%
<i>Horticultura</i>	13	39%
<i>Cacao (biologico ou não)</i>	10	30%
<i>Matabala</i>	8	24%
Transformação de Produtos da exploração	25	76%
<i>Carvão</i>	15	45%
<i>Aguardente</i>	5	15%
Extracção de Recursos Vegetais	21	64%
<i>Corte de madeira</i>	15	45%
<i>Vinho de palma</i>	13	39%
<i>Fruta pão</i>	7	21%
<i>Lenha</i>	6	18%
Criação de Animais	19	58%
<i>Criação de Porcos</i>	15	45%
<i>Criação de Galinhas</i>	13	39%
<i>Criação de Patos</i>	6	18%
<i>Criação de cabras</i>	6	18%
Extracção de Recursos Animais	13	39%
<i>Caça de animais selvagens</i>	14	42%
<i>Buzio</i>	11	33%
<i>Pesca</i>	6	18%
Extracção de Inertes	5	15%
<i>Pedras e areia</i>	5	15%

Nota-se que actividades de extracção de recursos naturais são mencionadas por **76%** das comunidades consultadas, tanto para recursos animais (39%) como para recursos vegetais (64%), como também de inertes (15%).

4. Estratégia de sensibilização dos grupos alvos

De acordo com os resultados do diagnóstico, propõe-se uma estratégia para sensibilização dos grupos alvos para um período de **3 anos** de 2008 a 2011, ao abrigo da legislação vigente e das estratégias nacionais ambientais, como apresentamos :

Objectivo Geral :

Contribuir para a protecção do meio ambiente em São Tomé e Príncipe.

Objectivos Específicos :

1. Contribuir para o uso racional dos Recursos Naturais e uma gestão participativa das Areas Protegidas.
2. Contribuir para a divulgação do uso racional dos Recursos Naturais e das Areas Protegidas.

Estratégia por Grupos Alvo

Grupo A : Representantes do Estado, das Câmaras e da Polícia

- **Aumento dos conhecimentos sobre a boa governação e gestão dos Recursos Naturais e Areas Protegidas a todos os níveis do aparelho do estado.**
 - Modalidades : Formações e Seminários de capacitação.

Grupo B : Representantes da Sociedade Civil e das ONGs

Comunicação social

- **Intensificação e vulgarização das informações ambientais a nível nacional através da imprensa escrita e falada (jornais, televisão e radio).**
 - Modalidades : Formações, Seminários, Intercâmbios com o estrangeiro

Educação

- **Integração da educação ambiental no programa do ensino formal e não formal dirigido ao ensino e aprendizagem do uso racional dos Recursos naturais e das Areas protegidas.**
 - Modalidades : Ateliers/Workshop, produção e distribuição de materiais de sensibilização.

ONGs ambientalistas

- **Apoio e encorajamento das iniciativas de caracter individual e colectiva que promovam o uso racional dos Recursos Naturais e a divulgação e conservação das Areas Protegidas.**
- **Criar alicerces para informação e formação dos agentes sobre as boas práticas de uso dos recursos naturais.**
 - Modalidades : Ateliers/Workshop, produção e distribuição de materiais de sensibilização.

Turismo

- **Apoio e encorajamento das iniciativas privadas que promovam a informação do público sobre o uso racional dos Recursos Naturais e as Areas Protegidas.**
- **Criação de alicerces para informação e formação dos agentes sobre a legislação vigente.**
 - Modalidades : Ateliers/Workshop, produção e distribuição de materiais de sensibilização.

Grupo C : Membros das Comunidades

- **Implementação de ações intersectoriais de forma coordenada para um desenvolvimento sócio económico das comunidades agrícolas e piscatorias localizadas nas zonas ribeirinhas das areas protegidas.**
 - Modalidades : micro-projetos
- **Reforço das capacidades organizativas das comunidades para uma melhor gestão participativa dos recursos naturais e das areas protegidas.**
 - Modalidades : promoção do associativismo, micro-projetos comunitários
- **Criação de alicerces informativos e formativos adaptados às especificidades e interesses das comunidades.**
 - Modalidades : produção e distribuição de materiais de sensibilização.

De modo geral, deverão ser avaliados ao longo da implementação da Estratégia os comportamentos da população no que diz respeito ao uso dos Recursos Naturais, bem com os conhecimentos sobre as Areas Protegidas.

O **Quadro Lógico da Estratégia de Sensibilização** encontra-se no **ANEXO 8**.

5. Análise dos problemas e soluções locais relacionadas com o Uso dos Recursos Naturais a nível local

Nas **33** reuniões com metodologia de abordagem participativa nas comunidades rurais, foram encontradas um total de **423 participantes**, sendo 102 mulheres (24%) e 321 homens (76%).

Os *problemas* mencionados nas comunidades consultadas classificam-se em três categorias :

Problemas	Nº de comunidades	% do TOTAL das comunidades
Baixa Produção Agrícola	33	100%
Dificuldade de comercialização dos produtos	20	61%
Diminuição da disponibilidade dos Recursos Naturais explorados	18	55%

Em relação ao problema de **baixa produção agrícola**, mencionado pela totalidade das comunidades consultadas, as causas apresentadas são as seguintes:

Causas	Nº de comunidades	% do TOTAL das comunidades
<i>Roubo de animais e produção agrícola</i>	17	52%
<i>Escassez de ferramenta agrícola no mercado</i>	16	48%
<i>Escassez de produto fitossanitário no mercado</i>	15	45%
<i>Baixo nível de formação agronomica</i>	12	36%
<i>Alto preço de ferramenta agrícola</i>	7	21%
<i>Destruição de produção por animais soltos</i>	7	21%
<i>Escassez de sementes no mercado</i>	6	18%
<i>Moradores sem parcela de terra</i>	5	15%

Em relação ao problema de **dificuldade de comercialização dos produtos**, mencionada por uma maioria das comunidades consultadas, as causas são :

Causas	Nº de comunidades	% do TOTAL das comunidades
<i>Falta de veículo para escoar os produtos agrícolas</i>	11	33%
<i>Via de acesso em mau estado</i>	9	27%

Em relação ao problema de **diminuição da disponibilidade dos Recursos Naturais explorados**, mencionada pela metade das comunidades consultadas, as causas são :

Causas	Nº de comunidades	% do TOTAL das comunidades
<i>Exploração descontrolada das madeiras para construção</i>	12	36%
<i>Caça irracional</i>	7	21%
<i>Água potável escassa para a população</i>	5	15%
<i>Pesca irracional</i>	4	12%

O seguinte cuadro mostra os problemas, causas e as respectivas soluções dadas pelas diferentes comunidades consultadas:

Problemas	Causas	Soluções propostas pelos Grupo C	Nº de comunidades	% do TOTAL das comunidades
Dificuldade de Comercialização dos produtos	<i>Dificuldade para aquisição de um veículo para escoar os produtos agrícolas</i>	Introdução do transporte animal (burros, mulas, boi etc) para escoar a produção	3	9%
	<i>Via de acesso em mau estado</i>	Reparação da estrada	5	15%
		Promover a exportação dos produtos agrícolas do país	3	9%
		Melhorar os circuitos de venda dos produtos agrícolas	3	9%
Baixa Produção Agrícola	<i>Escassez de produtos fitosanitários no mercado</i>	Facilitar a obtenção dos produtos fitosanitarios	6	18%
	<i>Escassez de ferramentas agrícolas no mercado</i>	Estabelecer uma maior comunicação entre a comunidade e o Estado sobre assuntos de agricultura	6	18%
	<i>Escassez de sementes no mercado</i>		0	0%
	<i>Alto preço das ferramentas agrícolas</i>	Micro-credito de projetos no sector agrícola	8	24%
		Criação de um banco especial para pequenos agricultores	6	18%
		Subvenção do estado dos produtos e equipamentos agrícolas	5	15%
	<i>Baixo nível de formação em agronomia</i>	Providenciar Assistência Técnica em agronomia	9	27%
	<i>Roubo de animais e produção agrícola</i>	Cooperação entre a comunidade e a policia nacional	7	21%
		Formação de uma associação dos moradores	6	18%
		Maior controlo de roubos pela policia nacional	6	18%
<i>Moradores sem parcela de terra</i>		0	0%	
<i>Destruição da produção por animais soltos</i>	Fechar os animais	5	15%	
Diminuição da disponibilidade dos Recursos Naturais	<i>Caça irracional</i>	Maior fiscalização pelas autoridades do uso dos recursos naturais	5	15%
	<i>Exploração irracional das madeiras para construção</i>			
	<i>Água potável escassa para a população</i>		0	0%
	<i>Pesca irracional</i>		0	0%

6. Conclusão

Este trabalho de **Identificação duma estratégia de sensibilização das populações ribeirinhas com vista a conservação do Parque Obô de São Tomé e uma gestão participativa da zona tampão do referido parque** deu oportunidade de consultar as principais partes da sociedade interessadas na gestão dos recursos naturais e das áreas protegidas e conhecer de maneira mais aprofundada às suas percepções.

Ao longo do estudo, constatou-se uma flagrante falta de conhecimentos dos grupos alvos acerca do uso racional dos Recursos Naturais. Também revelou-se uma profunda ignorância do que são Áreas Protegidas, a todos os níveis da sociedade.

Esta situação constituindo um constrangimento para a implementação de medidas de protecção e conservação do meio ambiente, a Associação Monte Pico recomenda uma **Estratégia de Sensibilização** dirigida aos representantes do Estado, das Câmaras, da Polícia, mas também dos actores da Sociedade Civil, das ONGs e das próprias comunidades ribeirinhas. Implementada num prazo de 3 anos, deverá contribuir para uma maior conscientização da população acerca dos problemas ambientais, implicando todos os actores na sua resolução a longo prazo.

7. Anexos

Anexo 1 : Lista das pessoas contactadas nos grupos A e B.

O **grupo alvo A** é composto por representantes das Administrações do Estado, do Poder Local (Câmaras distritais, deputados) e da Polícia.

O **grupo alvo B** é composto por representantes da Sociedade Civil, actores da protecção do Ambiente, da Educação, da Comunicação Social e do Turismo.

<i>Ref.</i>	<i>Grupo Alvo</i>	<i>Nome</i>	<i>Função</i>	<i>Instituição</i>	<i>Contacto</i>
1	A	Vasselerio Lima do Espirito Santos	Agente da Policia	Comando Geral da Policia de STP	938077/222222
2	A	Alberto Luis	Guarda Florestal (e Deputado CAUE)	Direcção das Florestas	906057/261109
3	A	Heitor Leitão	Presidente	Camara Distrital (Caué)	261123
4	B	Conseição Agate	Coordenadora de Comunicação	ADRA	224324
5	B	José Antonio	Director	Escola Secundaria Basica de S. Joao	923226/221491
6	B	Delbão Ramos	Coordenador	Turiart Lda	225339/905155
7	B	João Gomes do Carmo	Director	Hotel Baia	224210
8	A	Natíel Delgado	Vereador	Camara Distrital (Lobata)	231078
9	A	Agusto Zuza	Agente da Policia	Comando Distrital de Lobata	231168
10	B	Jorge de Mascarenhas	Director	Escola Secundaria Basica de Guadalupe	231236
11	B	Marina Graça de Sousa	Professora de Farmacologia	IDF	925427
12	B	Peregrim Costa	Professor	ISP	911827
13	A	Sabino Carvalho	Director	Direcção das Florestas	905023/225260
14	A	Fatima Sousa	Tecnica Superior	Direcção do Turismo e Hotelaria	919177
15	A	Juvencio Oliveira	Tecnico Superior	Direcção Geral do Ambiente	225271
16	A	Leonel Marques Neto	Assesor do Ministro para Recursos Naturais e Eficiência Energética	Ministerio do Ambiente e Recursos Naturais	904703
17	A	Celsio Jarmindo	Director	Gabinete do Secretario de Estado para Agricultura e Pesca	904646/224975
18	A	Bernardo	Tecnico de Planeamento e Gestão	Ministério da Educação	226143
19	B	Armando Dias	Director	Escola Primaria de Trindade	916721
20	B	Alberto Camblé Pires	Reformado	Lusiadas	271459/907606

21	A	Severino Neto Esp. Santo	Director Geral	CIAT	903963
22	A	Marcelino Cravid	Director de Escola	Escola Primarai de Porto Alegre	261138/935036
23	A	Marisa Bom Jesus	Director	Escola Secundaria de Neves	233169
24	A	Fernando Mendes	Agente de Policia	Policia de Lemba	233167
25	A	Armindo Fortunato Pires	Director	Escola Basica de Neves	905963/233126
26	A	Joaquim Nunes Tavares	Agente de Policia	Policia de Lemba	233167
27	B	Vicente Boa Morte	Professor	Escola primária de Porto Alegre	261138
28	B	João Pessoa	Director	ONG MARAPA	222792
29	A	Antonio Afonso	Vereador	Camara Distrital de Lemba	911523/233113
30	B	Maria Madre Deus Carvalho	Professora	Escola Basica Venâncio Pires	231158
31	B	Cesaltino Cravid	Recepcionista	Marlin Beach Hotel/Omali Lodge	222350
32	B	Angela Maria Pires de Oliveira Viegas	Professora	Alliance Française	911109
33	B	Jorge Duô	Jornalista	TVS	908687
34	A	Manuel Quaresma	Adjunto ao Comando Distrital	Policia de Mê Zochi	271333
35	A	Helder Menezes	Presidente	Camara Distrital (Mê Zochi)	
36	B	Mahadvi	Coordenadora	Fundação da Criança e Juventude	920631
37	B	Francisco Costa Luisa	Jornalista	Radio Nacional	
38	B	Maximino Carlos	Director	Radio Nacional	
39	B	Mário	Resp. Comercial	TVS	222041
40	B	Nora Rizzo	Vice-Presidente	Natcultura (Diogo Vaz)	904492
41	B	Luis Beirão	Gerente	Navetur-Equatur	904551
42	B	Eugenio Neves	Chefe de Operações	Mistral Voyages	916559
43	B	Claudio	Assistente Tecnico	ONG Zatona Adil	223363/221230
44	A	Carlos Ramos	Vereador	Camara Distrital (Agua Grande)	
45	A	Fernando Correia	Resp. Administrativo	UCAI	
46	B	Teodorico Campos	Presidente Executivo	FENAPA	224741
47	A	Denilson Fernandes das Neves	Agente de Policia	Comondo Distrital de Cantagalo	906612
48	A	Marcelino Pedroso Mendes	Vereador	Camara Distrital (Cantagalo)	
49	A	Cristovão Gué Pires Neto	Comandante Distrital de Caué	Comando Geral da Policia de Caué	932578
50	B	Celso Garrido Sousa Pontes	Presidente	ONG ADAPPA	221971/904646

Anexo 2 : Modelo da ficha de entrevista utilizada na consulta dos grupos A e B.

Associação Monte Pico _ Entrevista do Grupo A, B :

Ficha nº _____

Nome : _____

Função : _____

Instituição : _____

Data da Entrevista : _____

Telefone para Contacto : _____

Temática 1: Percepção das Areas Protegidas :

Sabe o quê é uma area protegida?

- Sim
 Não

Ha areas protegidas em São Tomé e Príncipe? Quais?

Temática 2.a : Percepção das actividades que usam recursos animais :

Quais são as actividades que usam recursos animais em STP?

Quais são os impactos (positivos e/ou negativos) de cada uma destas actividades sobre o meio ambiente?

Temática 2.b : Percepção das actividades que usam recursos vegetais :

Quais são as actividades que usam recursos vegetais em STP?

Quais são os impactos (positivos e/ou negativos) de cada uma destas actividades sobre o meio ambiente?

Temática 2.c : Percepção do nível de informação sobre o ambiente :

Acha que a informação sobre a protecção do meio ambiente em São Tomé e Príncipe é suficiente?

- Sim
 Não

Acha relevante a educação sobre o meio ambiente no currículo escolar?

- Sim
 Não

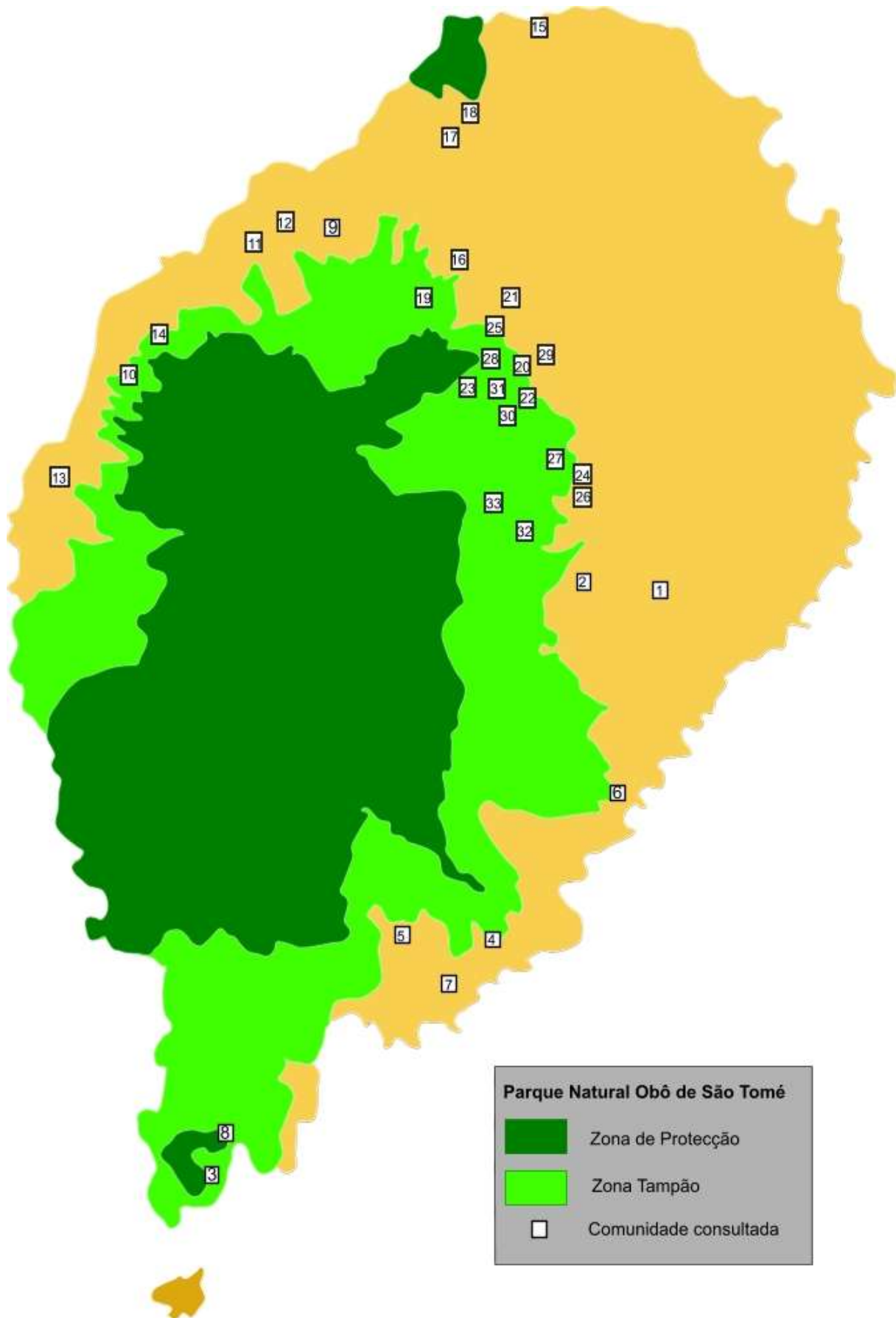
Por quê?

Conhece a legislação ambiental?

- Sim
 Não

Exemplos :

Anexo 3 : Mapa e Lista da comunidades consultadas no grupo C



<i>Ref.</i>	<i>Localidade</i>	<i>Distrito</i>	<i>Nº de participantes</i>
1	Bernardo farro	Cantagalo	15
2	Claudino Farro	Cantagalo	15
3	Porto alegre	Caué	8
4	Dona Augusta	Caué	10
5	Sta Clotilde(Emolve)	Caué	10
6	Agua Joao-angra toldo	Caué	14
7	Ribeira Peixe	Caué	11
8	Malanza	Caué	17
9	Santa Teresa	Lemba	12
10	Santa Geni	Lemba	10
11	Generosa	Lemba	9
12	Ponta figo	Lemba	9
13	Amelia,Santa Catarina, Ponta Furada, Sao Jose	Lemba	16
14	Mulundo	Lemba	15
15	Moro peixe, Praia das conhas Praia	Lobata	16
16	Pouso Alto	Lobata	13
17	Plancas (1a e 2a)	Lobata	14
18	Praia Das Conchas Roca	Lobata	15
19	Chamico	Lobata	6
20	S.Jose	Mê Zochi	10
21	Novo Destino	Mê Zochi	15
22	Nova Moca	Mê Zochi	15
23	Bom Sucesso	Mê Zochi	17
24	Java	Mê Zochi	6
25	Bemposta	Mê Zochi	8
26	Abade	Mê Zochi	11
27	Santa Adelaide	Mê Zochi	12
28	São Carlos	Mê Zochi	7
29	Monte Café	Mê Zochi	30
30	São Nicolau	Mê Zochi	15
31	Terra Batata	Mê Zochi	14
32	Bombaim	Mê Zochi	15
33	Agua Das Belas	Mê Zochi	13
		Total	423

Anexo 4 : Lista das líderes comunitários nas comunidades consultadas no grupo C.

Comunidades	Distrito	Nº de Participantes nas reuniões	Local de Reunião na Comunidade	Nomes de líderes comunitários	Contacto telefonico na comunidade
Abade	Mê Zochi	11	Quintaldo Adelino	Gabriel Rompão	932036
Agua das Belas	Mê Zochi	13	Sede da Associacao	Osvaldo Neto, Anilson Nascimento	903290
Agua Joao-angra toldo	Caué	14	Angra toldo	Justino Damião, Nascimento	931156
Amelia,Santa Catarina, Ponta Furada, Sao Jose	Lemba	16	Centro Recreativo	Vidente Fancisco, Lucio Pereira, Pedro Felipe, Hilario Nazare Rodrigues	
Bemposta	Mê Zochi	8	Na creche	Ilidio Tavares, José Carlos	917665
Bernardo farro	Cantagalo	15	Centro Recreativo	Alberto Bido, Domingas Andrade	
Bom Sucesso	Mê Zochi	17	Associacao	José Carlos, Armando Camilo, Juvencio Amorim, Fernando Rangel	
Bombaim	Mê Zochi	15	Sede de Bombaim	Nandinho França, Mario T. Quaresma	
Chamico	Lobata	6	Esplanada	Laurinda (hotel)	912332
Claudino Farro	Cantagalo	15	Na escola	Osvaldo Estevão, Antonio Pires	903364/913298
Dona Augusta	Caué	10	Centro Recreativo	Ogi Tavares, Bernardo Ano Novo	909696
Generosa, Monte forte	Lemba	9	Salao recreativo	Geronimo Mota (gerente hotel), João Damião (Kuku), Carlos Manuel (Generosa), Alcides Tavares (Generosa)	910043
Java	Mê Zochi	6	Quintal de Java	Cesaltina Gomes, Quintino da Silva	
Malanza	Caué	17	Centro Recreativo	Vital (Chefe de Praia), Vital Manuel « Mister »	
Monte Café	Mê Zochi	30	Escola	Américo de Ceita, Augusto Pandé, Luis Nascimento Amoço, Antonio Paulino	
Moro peixe, Praia das conhas Praia	Lobata	16	Casa tato	Hipolito Lima (Casa Tatô)	913792
Mulundo	Lemba	15	Centro Recreativo	João Livramento, Lucio Nascimento	916878/935459
Nova Moca	Mê Zochi	15	Creche	Camilo Mendes, José Quiongo, Francisco Tavares	909179
Novo Destino	Mê Zochi	15	Posto comunitario	Daniel Andreza	919721
Plancas	Lobata	14	Na Creche de P.1	Manuel Sacramento (placas 2a), Justino Jaime (plancas 1a)	904578
Ponta figo	Lemba	9	Terraço	Izilda Gomes, José Spencer	918312/233142
Porto alegre	Caué	8	Centro Recreativo	Vicente Boa Morte (prof., Ass. logo), Osvaldo -Vado – Mesquita (Jalé Ecolodge), Nilton Soares Mesquita (Pres. Cooperativa)	261104/261117
Poiso Alto	Lobata	13	Centro Recreativo	João Horta, Alberto Matias, Grimeu Rosa	929381
Praia Das Conchas Roca	Lobata	15	Centro Recreativo	Aureliano Pires (pres. da Associação)	907628
Riberia Peixe	Caué	11	Escola Primaria	Celesta Alegria (professora), Domingos Lopes, Emanuel Umbelina	916481
Santa Adelaide	Mê Zochi	12	Sede da Associacao	Tonecas Rodrigues	927066
Santa Geni	Lemba	10	no 4 caminho	Francisco Silva (Chico), Atalmiro Trindade	
Santa Teresa	Lobata	12	Indefinido	Daniel Silva, Isabel Antonia	924473
Sao Carlos	Mê Zochi	7	No quintal	Mario dos Santos, Marco	921038
Sao José	Mê Zochi	10	Centro Recreativo	Atemede Sousa Almeida, Africo Soares	
Sao Nicolau	Mê Zochi	15	Centro Recreativo	Olavo da Cruz, Carlos Amado, Adelino Ferreira	
Sta Clotilde(Emolve)	Caué	10	Centro Recreativo	Americo Rodrigues	918691
Terra batata	Mê Zochi	14	Q.S.Gordo	Paulino Cabangala, Isildo Espirito Santos	931732

Nota : Líderes comunitários são pessoas consideradas como representantes dos diferentes interesses das comunidades. Ocupam funções de representação associativa de moradores ou agricultores, professores de escola, líder religioso ou empresário local.

Anexo 5 : Relatórios das Reuniões de Restituição no grupo C.

Relatório da Reunião de Restituição no Grupo C **Comunidades de Mê Zochi e Cantagalo**

No dia 17 de Março de 2008, teve lugar no centro de Bom Sucesso, uma reunião de restituição dos dados obtidos no grupo C (reuniões nas comunidades).

Horário de início : 9h45

Estiveram presentes :

- O Chefe de Componente do Programa ECOFAC, Sr Danilo Barbero,
- O Director da Informação, Educação e Comunicação da Direcção Geral do Ambiente, Sr Lorenzo Monteiro,
- O Presidente da AMP, Sr Luis Mário Almeida,
- O Secretário Executivo da AMP, Eng^o Faustino Oliveira,
- O Assistente Técnico da AMP, SR Bastien Loloum,
- 33 representantes de 17 comunidades dos distritos de Mê Zochi e Cantagalo, onde a Associação Monte Pico tem organizado reuniões no quadro do projeto de « **Identificação de um estratégia de sensibilização às Areas protegidas e ao Uso do recursos naturais na zona Tampão do Parque Natural Obô de S. Tomé** », com apoio do programa ECOFAC 4.

Os participantes fizeram a sua auto-apresentação aos presentes.

O presidente da **Associação Monte Pico**, Luis Mario Almeida, deu abertura à reuniões agradecendo a presença de todos os participantes.

Apresentou-se a Associação Monte Pico, o projecto em curso e os seus objectivos. No quadro da consulta do Grupo alvo C do projecto, a AMP organizou reuniões 33 comunidades em 5 distritos, contando com a participação de 423 pessoas.

Informou-se os participantes de alguns resultados intermediarios da consulta, relativos às duas temáticas contempladas :

- Uso dos Recursos Naturais
- Percepção das Ares protegidas

Em seguida, discutiu-se as seguintes questões :

- A AMP tem previsão de organizar de formações nas comunidades sobre os conhecimentos da natureza? O presidente respondeu que a Monte Pico deve ser forte para poder organizar isto e que aqui em S. Tomé faz-se muitas promessas, por tanto deve-se prever melhor estas coisas.
- Já existe uma estratégia identificada para ser aplicada nas comunidades? O presidente respondeu que justamente, este tipo de inquerito era para ouvir das comunidades para poder identificar as acções necessárias.
- Qual é o papel do governo neste projeto? Lembrou-se a parceria entre a União Europeia e o estado no quadro do programa ECOFAC 4, e que o estado tinha implicação neste projeto através da DGA.

Foi proposto uma pausa café.

Apos a pausa para café, foi organizada um actividade sobre a definição de uma area protegida. Os presentes foram divididos em 5 equipas e pediu-se que elaborassem uma definição por equipa, de uma area protegida. A apresentação e leitura das definições dadas foi oportunidade para discutir os princípios identificados e encontrar pontos em comun nas 5 definições. Varios conceitos apareceram em comum, como por exemplo os conceitos de « conservação », a noção de « area virgem », a « proibição da invasão » e a noção de « contole da area pelo homem ».

Fez-se depois uma leitura da definição das Areas Protegidas tirada da Lei nº11/99 da Fauna, Flora e Areas Protegidas pelo Sr Lorenço Monteiro. Em seguida, o Sr Danilo Barbero apresentou o Parque Natural Obô, o seu zoneamento actual, e os objectivos de ECOFAC em relação às areas protegidas.

Um participante solicitou se podia-se cortar madeiras nas diferentes zonas do PN Obô. O Sr Danilo explicou a diferença entre a zona tampão e zona de protecção integral e a necessidade de reflorestamento para um uso sustentável deste recurso.

O Presidente da AMP fez encerramento da reunião agradecendo todos os participantes pela sua presença e colaboração.

Relatório da Reunião de Restituição no Grupo C **Comunidades de Lobata e Lemba**

A reunião de restituição para os representantes das localidades dos distritos de Lobata e Lemba teve lugar no centro de Bom Sucesso no dia 19 de Março de 2008.

Horário de início : 9h30

Estiveram presentes :

- O Chefe de Componente do Programa ECOFAC, Sr Danilo Barbero,
- O Director da Conservação da Natureza, Sr Vitor Bonfim,
- O Presidente da AMP, Sr Luis Mário Almeida,
- O Secretário Executivo da AMP, Eng^o Faustino Oliveira,
- O Assistente Técnico da AMP, Sr Bastien Loloum,
- 24 representantes de 11 comunidades dos distritos de Lobata e Lembá, onde a Associação Monte Pico tem organizado reuniões no quadro do projeto de « **Identificação de um estratégia de sensibilização às Areas protegidas e ao Uso do recursos naturais na zona Tampão do Parque Natural Obô de S. Tomé** », com apoio do programa ECOFAC 4.

Os participantes fizeram a sua auto-apresentação aos presentes.

Após apresentação do plano da reunião, foram restituídos os resultados intermediários obtidos na consulta do grupo C, sobre os aspectos relacionados com a percepção do uso dos recursos naturais. Foi levantado por um dos participantes o problema da extracção desorganizada da areia nas prais. O Director Vitor Bonfim fez um ponto da situação dos problemas ligados à extracção de inertes no país.

O presidente da AMP lembrou aos presentes que o relatório final do projeto irá incluir recomendações para as autoridades e actores do ambiente concernentes a esta preocupação.

Foi proposto uma pausa café.

Após a pausa café, deu-se início a uma discussão sobre a definição de Area Protegida, animada pelo Secretário Executivo da AMP, Eng^o Faustino Oliveira.

Entre os presentes, foram encontradas definições ; os participantes concordaram na seguinte definição : « uma Area Protegida é uma área natural cuidada pelo homem ». Foi também analisada a importância de ter um area protegida, pelos participantes na reunião. Em seguida, foram restituídos as respostas dadas nas comunidades consultadas sobre a percepção das Area Protegidas.

Finalmente, pediu-se aos participantes se pudessem citar areas protegidas em São Tomé e Príncipe. Das zonas mencionadas, o Sr Danilo Barbero fez entender aos presentes que somente podia-se falar de area protegida quando esta zona tem estatuto legal de area protegida. O Sr Director Vitor Bonfim aproveitou a oportunidade para apresentar os parques naturais Obô e as suas respectivas leis de criação (Lei n^o6/2006 e n^o7/2006).

Ao longo dos debates, foram levantadas as questões do papel da Direcção das Florestas na protecção do ambiente e a do abate das cobras pretas.

O Sr Bonfim lembrou que existe uma Lei das Florestas, mas que ainda reside um problema na sua

implementação.

O Sr Danilo Barbero diz que não havia proibição do abate das cobras, mas que mesmo assim era preferível não matar porque a Cobra Preta tem a sua utilidade no ecossistema. Acrescentou que deveria se fazer um estudo mais aprofundado sobre o perigo real que representa esta espécie para o homem.

O Presidente da AMP fez encerramento da reunião agradecendo todos os participantes pela sua presença e colaboração.

Relatório da Reunião de Restituição no Grupo C **Comunidades de Caué**

Aos dias 21 de Março de 2008, foi organizada a reunião de restituição dos dados intermediários da consulta do grupo C.

Estiveram presentes :

- O Chefe de Componente do Programa ECOFAC, Danilo Barbero.
- O Presidente da AMP, Luis Mário Almeida.
- O Secretário Executivo, Faustino Oliveira;
- O Assistente Técnico da AMP, Bastien Loloum.
- 12 pessoas representando as 6 comunidades consultadas neste distrito.

Horário de início : 9h30.

Lugar : Bom Sucesso.

Após abertura pelo presidente da AMP, Luís Mário Almeida, os participantes apresentaram-se individualmente à platéia. O programa ECOFAC era representado pelo Chefe de Componente, o Sr Danilo Barbero. O presidente da AMP fez apresentação do projeto e dos seus parceiros, e da metodologia utilizada pela AMP para realizar esta consulta.

Foram depois apresentados os resultados obtidos na consulta das comunidades do grupo C sobre a temática do Uso dos Recursos Naturais. A AMP insistiu nesta restituição nos resultados obtidos em particular na distrito de Caué. Na globalidade a platéia validou os resultados restituídos.

Foi proposto um pausa café.

Após uma pequena pausa, o Presidente da AMP apresentou os resultados obtidos na consulta do grupo C sobre a temática das Area Protegidas. A tomar conhecimento destes resultados, um participante levantou a questão da divulgação das leis ambientais e da sua fiscalização pelas autoridades.

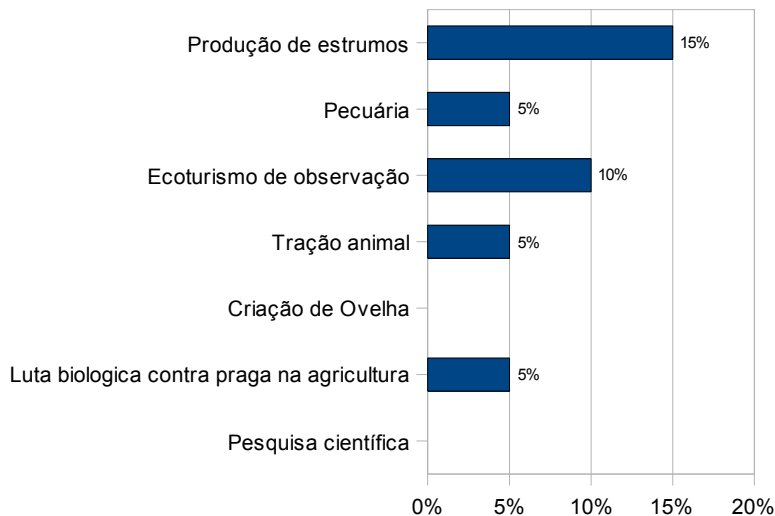
Em seguida, discutiu-se a importância das areas protegidas e da necessidade de implicar as comunidades na protecção do ambiente a nível local. No decorrer da discussão identificou-se algumas medidas práticas para uma maior sensibilização das partes interessadas na protecção do Parque Natural Obô :

- Envolvimento dos líderes e representantes comunitários
- Contacto directo com os caçadores
- Divulgação das leis em vigor
- Criar agentes locais
- Contactos com os operadores de motosserra e donos de madeiras
- Implicação da Televisão e da Radio
- Contactos permanentes com as ONGs
- Criar uma federação da conservação das Areas Protegidas a nível nacional

O Presidente da AMP fez encerramento da reunião agradecendo todos os participantes pela sua presença e colaboração.

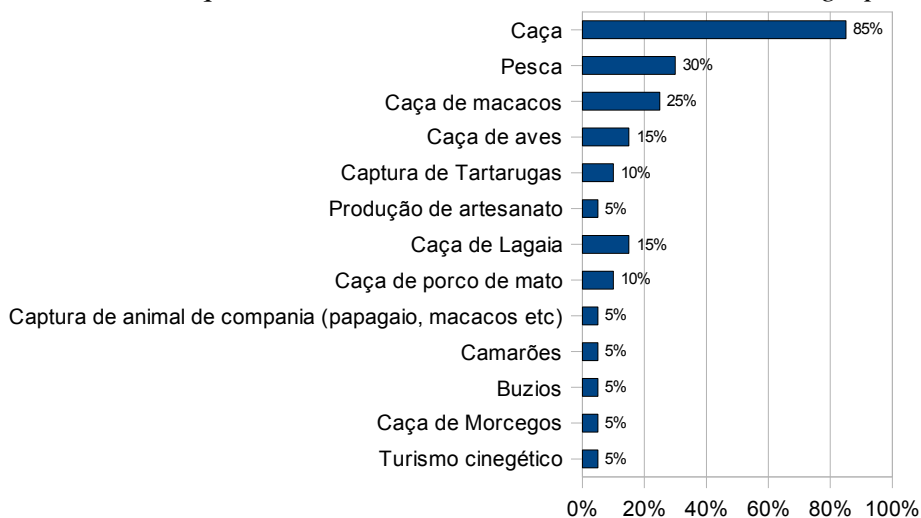
Anexo 6 : Detalhe da percepção do Uso das Recursos Naturais pelos Representantes do Estado, das Câmaras e da Polícia (Grupo A).

Actividades não extractivas que usam de **Recursos Animais** mais citadas no grupo A :



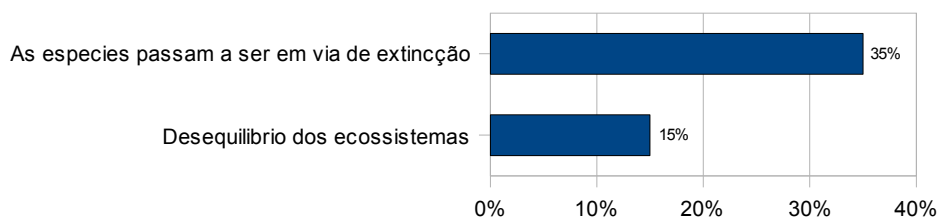
Total dos entrevistados= 20

Actividades extractivas que usam de **Recursos Animais** mais citadas no grupo A :



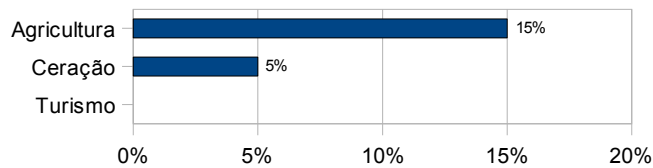
Total dos entrevistados= 20

Impactos mais citados no grupo A alvo destas actividade que usam Recursos Animais sobre o ambiente :



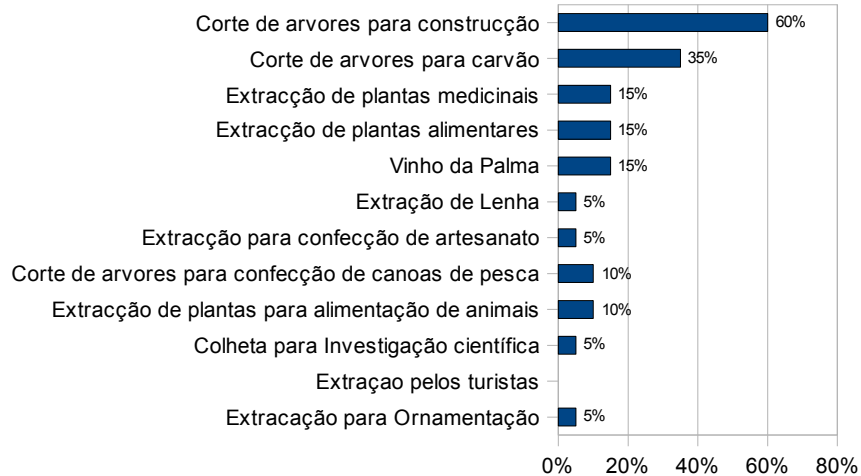
Total dos entrevistados= 20

Actividades não extractivas que usam de **Recursos Vegetais** mais citadas no grupo A :



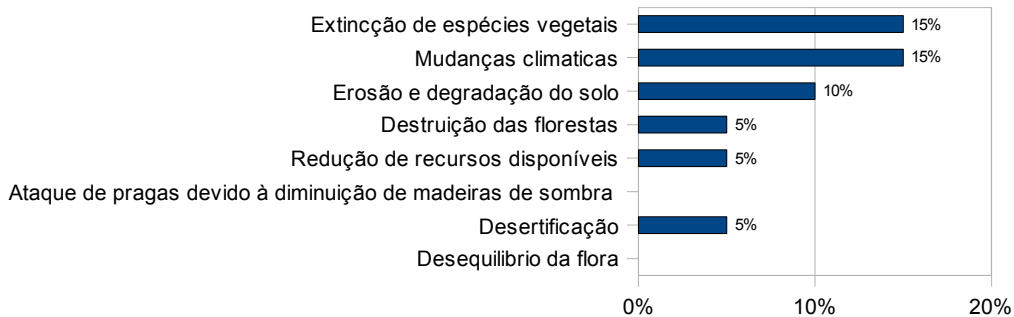
Total dos entrevistados= 20

Actividades extractivas que usam de **Recursos Vegetais** mais citadas no grupo A :



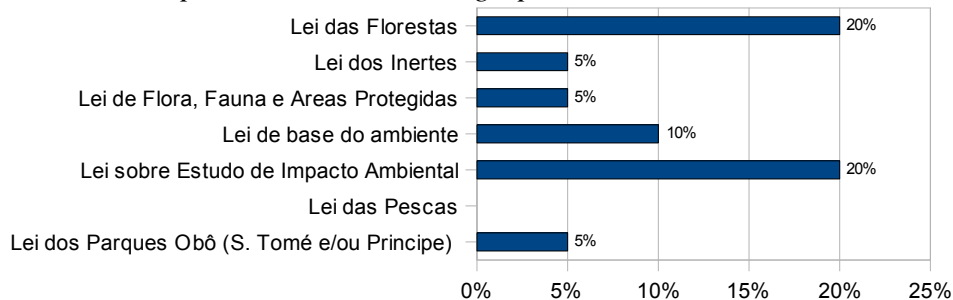
Total dos entrevistados= 20

Impactos mais citados no grupo A destas actividades que usam Recursos Vegetais sobre o ambiente:



Total dos entrevistados= 20

Leis vigentes mais citadas pelos entrevistados no grupo A :



Total dos

Entrevistados = 20

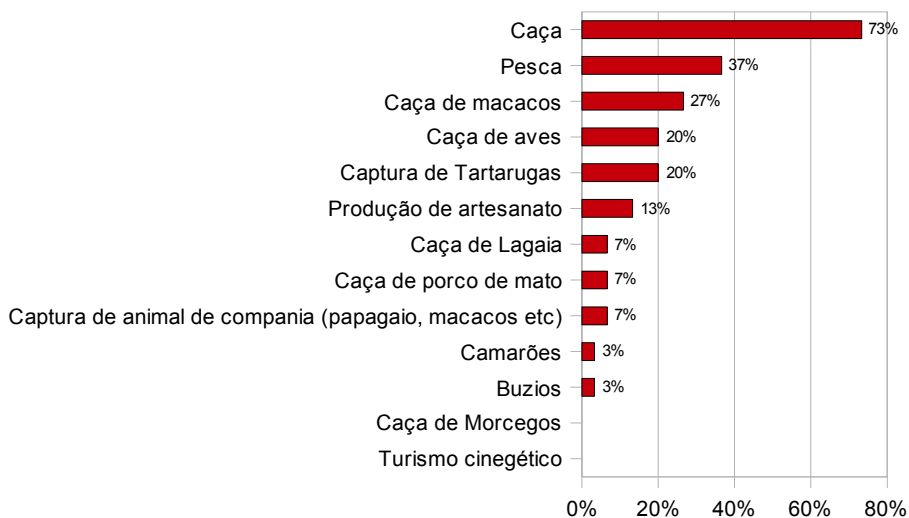
Anexo 7 : Detalhe da percepção do Uso das Recursos Naturais pelos Representantes da Sociedade Civil e das ONGs (Grupo B).

Actividades não extractivas que usam de **Recursos Animais** mais citadas no grupo B:



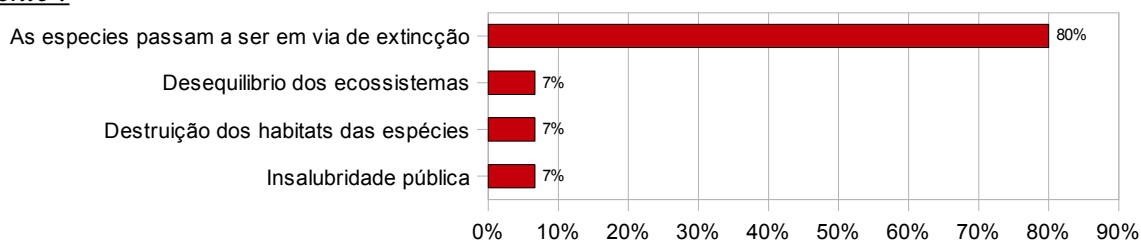
Total dos entrevistados= 30

Actividades extractivas que usam de **Recursos Animais** mais citadas no grupo B :



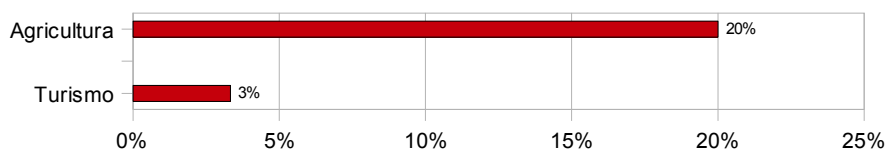
Total dos entrevistados= 30

Impactos mais citados no grupo B alvo destas actividade que usam Recursos Animais sobre o ambiente :



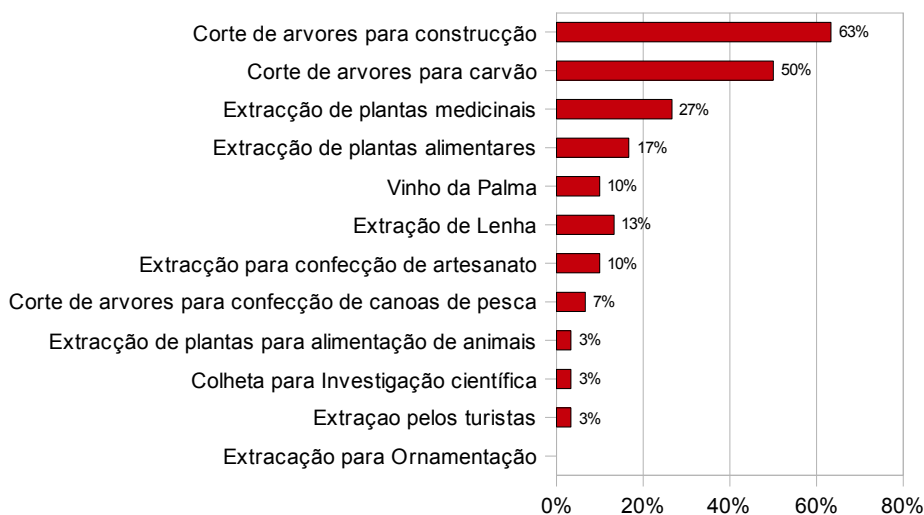
Total dos entrevistados= 30

Actividades não extractivas que usam de Recursos Vegetais mais citadas no grupo B :



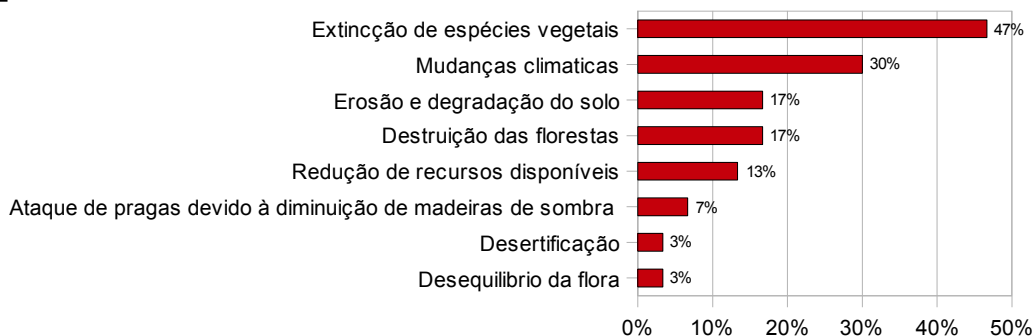
Total dos entrevistados= 30

Actividades extractivas que usam de Recursos Vegetais mais citadas no grupo B :



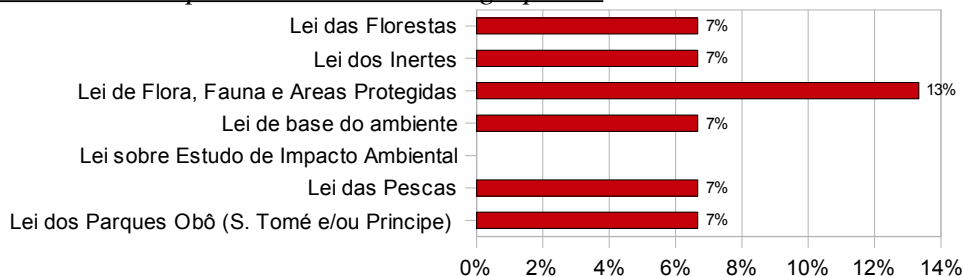
Total dos entrevistados= 30

Impactos mais citados no grupo B destas actividades que usam Recursos Vegetais sobre o ambiente:



Total dos entrevistados= 30

Leis vigentes mais citadas pelos entrevistados no grupo B :



Total dos entrevistados= 30

Annexe 8 : Quadro Lógico da Estratégia de Sensibilização

Objectivo Geral	<i>Contribuir para a protecção do meio ambiente em São Tomé e Príncipe.</i>
Objectivos Específicos	1. Contribuir para o uso racional dos Recursos Naturais e uma gestão participativa das Areas Protegidas. 2. Contribuir para a divulgação das Areas Protegidas e do uso racional dos Recursos Naturais.

Resultados Esperados					
		Resultado Esperado	Metas e Indicadores	Fonte de Verificação	Hipotesis, Riscos e Limites
Temática 1 : Percepção das Areas Protegidas	Grupo Alvo A	1. As autoridades da Administração do Estado e do Poder Local sejam capazes de ter conhecimentos sobre áreas protegidas necessários para a aplicação de uma boa gestão das mesmas.	80% dos agentes dominam as informações sobre as Areas Protegidas.	Inquérito no grupo alvo	Limite : fraca capacidade dos agentes sensibilizadores.
		2. Os agentes de administração territorial e fiscalização dominem a legislação vigente em relação às áreas protegidas.	80% dos agentes conhecem as legislações vigentes sobre áreas protegidas.	Inquérito no grupo alvo	Risco : Instabilidade governativa.
	Grupo Alvo B	3. Os agentes da comunicação social tenham capacidade para divulgar as áreas protegidas.	80% dos agentes da comunicação social dominam as informações sobre as Areas Protegidas;	Inquérito no grupo alvo	Limite : fraca capacidade dos agentes sensibilizadores.
		4.As informações sobre as áreas protegidas estejam disponíveis nos ciclos escolares.	50% das escolas divulguem as Areas Protegidas nos ciclos escolares.	Estatísticas do Ministério da Educação e Visitas no Terreno.	Hipoteses :Empenho das direcções das escolas.
		5.Os agentes do sector do turismo tenham maior acesso às informações sobre áreas protegidas.	50% dos operadores turísticos divulguem as Areas Protegidas	Inquérito junto aos turistas	Risco :Instabilidade governativa e disponibilidade financeira do Estado.
		6.Os agentes do sector do turismo conheçam e respeitem as legislações vigentes sobre Areas Protegidas.	50% dos operadores turísticos respeitam as legislações vigentes sobre Areas Protegidas.	Estatísticas e consulta dos agentes fiscalizadores das Areas Protegidas.	Hipoteses : Aumento do fluxo turístico no País.
Grupo Alvo C	7.As comunidades da periferia das Areas Protegidas tenham acesso às informações sobre as Areas Protegidas.	80% da população residentes na periferia das AP conseguem indicar os seus limites.	Inquérito no grupo alvo	Limites : Fraca capacidade dos agentes sensibilizadores;	
	8.As comunidades participem activamente na gestão das Areas Protegidas.	80% dos representantes das comunidades são presentes nas reuniões de gestão das AP.	Actas e Relatórios das reuniões.	Hipoteses : Disponibilidade financeira	

Temática 2 : Percepção do Uso dos Recursos Naturais	Grupo Alvo A	<p>9.Os representantes da administração do Estado e do Poder Local tenham maior controlo e gestão das florestas.</p> <p>10.Os representantes da administração do Estado e Poder Local tenham maior acesso às informações relativas às espécies ameaçadas no espaço territorial em STP.</p> <p>11.Os representantes da administração do Estado e Poder Local tenham maior acesso às informações relativas às causas e os efeitos das mudanças climáticas no País.</p> <p>12.A educação ambiental está incluída no currículo escolar.</p>	<p>Nº de infracções e penalizações.</p> <p>80% dos agentes da Administração conseguem citar as espécies ameaçadas no território nacional.</p> <p>80% dos agentes da Administração conseguem citar a desflorestação como uma causa das mudanças climáticas no País.</p> <p>Existência de um plano de estudos pedagógico nacional para educação ambiental.</p>	<p>Estatísticas da Direcção da Florestas.</p> <p>Inquérito sobre os conhecimentos acerca das espécies ameaçadas na espaço territorial.</p> <p>Inquérito sobre os conhecimentos acerca das causas e efeitos das mudanças climáticas no País.</p> <p>Dados do Ministério da Educação.</p>	<p>Risco : Instabilidade governativa e disponibilidade financeira do Estado.</p>
	Grupo Alvo B	<p>13.Os actores da sociedade civil e do sector privado tenham maior compreensão dos impactos negativos das actividades humanas sobre os recursos naturais.</p> <p>14.Os actores da sociedade civil e do sector privado participem mais activamente na mudança de comportamentos da população em relação ao uso dos recursos naturais.</p>	<p>60% dos agentes da sociedade civil e do sector privado conseguem citar os impactos negativos das actividades humanas sobre os recursos naturais.</p> <p>Nº de campanhas de sensibilização implementados pelos actores da sociedade civil e do sector privado.</p>	<p>Inquerito junto aos actores da sociedade civil e do sector privado.</p> <p>Consulta e relatórios de projeto dos actores da sociedade civil e do sector privado.</p>	<p>Risco : falta de interacção entre o Estado, o Sector Privado e a Sociedade Civil</p>
	Grupo Alvo C	<p>15.As comunidades rurais participam mais activamente na gestão dos recursos naturais.</p> <p>16.Diminuição das práticas de exploração irracional dos recursos naturais ameaçados nas comunidades rurais.</p> <p>17.Os residentes do meio rural tenham maior conhecimentos das práticas de exploração racional dos recursos naturais.</p>	<p>Nº de iniciativas comunitárias de gestão do uso dos recursos naturais.</p> <p>Diminuição do numero de espécies ameaçadas alvo de actividades de exploração.</p> <p>Diminuição de 5% do numero de comunidades do grupo alvo que têm problema de fraca disponibilidade dos recursos naturais.</p>	<p>Consulta e relatórios de projetos comunitários.</p> <p>Estudos científicos e inventários de populações.</p> <p>Inquérito no grupo alvo.</p>	<p>Limites : nível de escolarização nas comunidades</p>

Actividades Previstas					
		Lógica de Intervenção	Metas e Indicadores	Fonte de Verificação	Hipotesis, Riscos e Limites
Temática 1 : Percepção das Areas Protegidas	Grupo Alvo A	<p>1. Organização de 3 seminários (um por ano) de informação sobre Areas Protegidas dirigidos aos representantes da administração do Estado e Poder Local.</p> <p>2. Formação dos agentes da administração territorial e fiscalização sobre as legislações das Areas Protegidas.</p>	<p>Numero de participantes nos seminários e formações.</p> <p>Numero de participantes nos seminários e formações.</p>	Actas e relatórios dos seminários e formações	
	Grupo Alvo B	<p>3a. Organização de 3 formações (um por ano) para Directores dos órgãos da Comunicação Social (publico e privado).</p> <p>3b. Organização de 3 seminários (um por ano) de informação sobre Areas Protegidas dirigidos aos jornalistas.</p> <p>3c. Organização de 4 Intercambios internacionais com jornalistas estrangeiros (2 em STP, 2 no estrangeiro).</p> <p>4a. Organização de 2 seminários de informação sobre Areas Protegidas para os Directores escolares.</p> <p>4b. Elaboração e distribuição de materiais informativos (cartazes, folhetos etc) sobre Areas Protegidas dirigidos à comunidade escolar.</p> <p>5. Elaboração e distribuição de materiais informativos (cartazes, folhetos etc) sobre Areas Protegidas dirigidos aos profissionais do turismo.</p> <p>6. Organização de um seminário dirigido aos operadores turísticos sobre a legislação das Areas Protegidas.</p>	<p>Numero de participantes nos seminários e formações.</p> <p>Numero de participantes nos seminários e formações.</p> <p>Numero de participantes nos seminários e formações.</p> <p>Numero de participantes nos seminários e formações.</p> <p>Quantidade de materiais informativos distribuidos.</p> <p>Quantidade de materiais informativos distribuidos.</p> <p>Quantidade de materiais informativos distribuidos.</p>	<p>Actas e relatórios dos seminários e formações.</p> <p>Visitas de consulta dos beneficiarios directos dos materiais informativos</p>	
	Grupo Alvo C	<p>7a. Elaboração e distribuição de materiais informativos (cartazes, folhetos etc) sobre Areas Protegidas dirigidos às comunidades ribeirinhas.</p> <p>7b. Animação e apoio ao associativismo comunitário nas comunidades ribeirinhas.</p> <p>7c. Comemoração de um Dia Nacional dos Parques Naturais Obô.</p> <p>8. Realização de reuniões com abordagem participativa nas comunidades sobre a gestão das Areas Protegidas.</p>	<p>Quantidade de materiais informativos distribuidos.</p> <p>Nº de Associações comunitárias em funcionamento.</p> <p>Nº de participantes nas reuniões.</p> <p>Nº de participantes nas reuniões.</p>	<p>Visitas de consulta dos beneficiarios directos dos materiais informativos.</p> <p>Estatutos e Actas das Assembleias Gerais das associações comunitárias.</p> <p>Actas e relatórios dos seminários e formações.</p>	

Temática 2 : Percepção do Uso dos Recursos Naturais	Grupo Alvo A	<p>9a. Assistência técnica junto à Direcção das Florestas.</p> <p>9b. Organização de 1seminário sobre o uso racional dos recursos naturais dirigido aos Presidentes e Vereadores das Camaras Distritais.</p> <p>9c. Organização de 1 atelier de elaboração de uma estratégia de fiscalização e controlo do recursos naturais dirigido aos chefes das Policias Distritais e os agentes fiscalizadores das Direcções concernentes (Florestas, RN, Fronteiras etc).</p> <p>10. Elaboração e distribuição de materiais informativos (cartazes, folhetos etc) sobre o uso racional dos RN.</p> <p>11. Elaboração e distribuição de materiais informativos (cartazes, folhetos etc) sobre causas e efeitos das mudanças climáticas.</p> <p>12a. Realização de um atelier de elaboração do Plano de Estudo Nacional sobre Educação Ambiental.</p> <p>12b. Formação para formadores de formadores em Educação Ambiental.</p>	<p>Numero de participantes nos seminários e formações.</p> <p>Quantidade de materiais informativos distribuidos.</p> <p>Nº de participantes no atelier.</p> <p>Quantidade de materiais informativos distribuidos.</p> <p>Quantidade de materiais informativos distribuidos.</p> <p>Nº de participantes no atelier.</p> <p>Nº de participantes na formação</p>	<p>Actas e relatórios dos seminários e formações.</p> <p>Visitas de consulta dos beneficiarios directos dos materiais informativos.</p>	
	Grupo Alvo B	<p>13. Elaboração e distribuição de um buletim trimestral de informação sobre o ambiente com participação dos actores ambientalistas.</p> <p>14a. Criação de um fundo de fomento das campanhas de sensibilização ao beneficio dos actores da sociedade civil.</p> <p>14b. Organização de 3 encontros de debate entre ao sector privado e o estado sobre certificação das boas práticas ambientais.</p>	<p>Quantidade de buletins distribuidos.</p> <p>Inclusão do fundo de fomento das campanhas de sensibilização no OGE.</p> <p>Nº de participantes nos encontros de debate.</p>	<p>Visitas de consulta dos beneficiarios directos dos buletins.</p> <p>Publicação do OGE.</p> <p>Actas e Relatórios dos encontros de debate.</p>	
	Grupo Alvo C	<p>15. Incentivo e acompanhamento a projetos de reflorestamento comunitário.</p> <p>16. Campanha <i>in loco</i> de vulgarização da práticas tecnicas de exploração racional dos RN.</p> <p>17. Formação e capacitação sobre gestão dos RN dirigida aos líderes comunitários e grupos de interesses económicos locais.</p>	<p>Quantidade de Ha reflorestados na Zona Tampão</p> <p>Nº de comunidades atingidas pela campanha.</p> <p>Nº de participantes nas formações.</p>	<p>Relatórios de projetos.</p> <p>Actas das reuniões de formação.</p>	
	Condições Prévias.			<p>Meios técnicos, financeiros e humanos disponíveis.</p> <p>Vontade e disponibilidade dos actores concernentes.</p>	

